

## **EMBAIXADA DO BRASIL NO CAIRO**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO**

#### **EMBAIXADOR RUY AMARAL**

Transmito relatório de minha gestão como embaixador cumulativo, residente no Cairo, junto ao Estado da Eritreia, no período de 02/2016 a 03/2019.

#### **CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO**

2. O período de minha gestão como embaixador, cumulativo, junto à Eritreia coincidiu com importantes desdobramentos políticos da história recente do país, notadamente a normalização das relações com a Etiópia (07/2018) e a suspensão do regime de sanções imposto, desde 2009, pelo CSNU (11/2018).

3. O surgimento do moderno estado eritreu deu-se no contexto do fim da ditadura de Mengistu Haile Mariam (que governou a Etiópia entre 1977-91) e do colapso do regime Derg (Junta Militar Comunista) em 1991, que abriu caminho para o estabelecimento de negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se em 1993, sob os auspícios da ONU, referendo em que a esmagadora maioria da população eritreia (99,83%) votou a favor da independência do país, logo após o qual a Eritreia declarou sua independência. A Frente Popular para a Libertação da Eritreia (EPLF, no acrônimo em inglês), facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e reconfigurou-se como partido político de modo a acomodar novos segmentos da sociedade, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, no acrônimo em inglês). Em 05/1993, Isaias Afwerki foi nomeado Presidente da Eritreia pela Assembleia Nacional, função que desempenha até o momento presente. Brasil e Eritreia mantem relações diplomáticas desde 1996.

4. Nos anos seguintes, a PFDJ ampliaria o seu controle sobre o Estado eritreu e se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem contanto ter sido implementada até os dias de hoje. As eleições nacionais, previstas para aquele mesmo ano, não chegaram a realizar-se.

5. A delicada conjuntura externa no Chifre da África e o caráter incipiente das instituições do país concorreram para que o PR Afwerki consolidasse progressivamente o seu poder em detrimento da Assembleia Nacional. Após desastrosa guerra de fronteira com a Etiópia de 1998 a 2000, o Estado eritreu atuou progressivamente no sentido de restringir as liberdades individuais e religiosas, impondo estrita censura sobre a mídia. Em 2001, as eleições nacionais foram adiadas indefinidamente. Ao longo dos anos 2000, verificou-se tendência de concentração de poderes na presidência, por meio do fortalecimento das forças armadas e do aparato de segurança, bem como pela repressão a dissidências dentro da própria PFDJ e junto a diversos segmentos da sociedade eritreia.

6. A situação dos direitos humanos na Eritreia tem sido objeto de preocupação por parte tanto do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH) quanto de organizações internacionais. Pesam contra o país alegações de graves violações de direitos humanos nos últimos anos, notadamente as detenções arbitrárias, o serviço militar e civil por tempo indeterminado (equiparável ao trabalho forçado), bem como severas restrições a liberdades fundamentais. A imposição do serviço civil e militar (“national service”) obrigatório e por tempo prolongado, associada a severas restrições à emigração de cidadãos eritreus, é apontada como uma das mais sérias questões de direitos humanos no país. Como consequência das restrições de direitos, sobretudo o temor de serviço compulsório, mas também por razões econômicas e de perseguição política, estima-se que proporção considerável da população tenha fugido do país (cifra que se eleva a 12% da população, segundo estimativas da Human Rights Watch).

7. Com respeito à situação dos direitos humanos, não pude deixar de observar, em contatos com o corpo diplomático tanto nesta capital como em Asmara, que a percepção internacional sobre o país é profundamente influenciada pelos depoimentos de emigrantes eritreus que, em busca do estatuto de refugiado sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, não hesitam em exagerar a realidade local. Apesar de eventuais distorções produzidas por tal fenômeno, não se pode ignorar a gravidade das alegadas violações de direitos humanos e do déficit democrático na Eritreia.

8. No plano internacional, o país mobilizou-se nas Nações Unidas (ONU) e outros foros multilaterais com o objetivo de abrandar o regime de sanções imposto ao país, finalmente suspenso pelo CSNU em 11/2018.

9. O eixo prioritário da política exterior eritreia é o relacionamento bilateral com a Etiópia, país do qual obteve a independência em 1991. Em 05/1998, Etiópia e Eritreia, que até então mantinham relações amigáveis, entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteira de Badme. O Acordo de Argel, firmado em 2000, e saudado pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil, logrou estabelecer cessar-fogo entre Asmara e Adis Abeba, possibilitando a criação, em julho daquele ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Em 2003, a comissão encarregada pela ONU pela demarcação de fronteiras (“Eritrean-Ethiopian Boundary Commission”) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que emitiu parecer favorável à Eritreia. A Etiópia, contudo, não implementou a decisão final da Corte, o que levou a Eritreia a obstruir os trabalhos da UNMEE.

10. Nos anos subsequentes, ambos os países acusaram-se mutuamente de apoiar forças rebeldes ou de oposição em seus territórios. A Etiópia acusou a Eritreia de apoiar a Frente de Libertação de Oromo (OLF, no acrônimo em inglês) e o grupo terroristas Al-Shabaab na Somália, como maneira de desestabilizar a região fronteira de Ogaden.

11. As seguidas denúncias de apoio eritreu aos insurgentes somalis levaram à imposição de sanções à Eritreia pelo CSNU, em 2009 (Resolução 1907) e 2011 (Resolução 2023), debilitando as relações do país com Washington, que o incluiu em sua lista de países apoiadores do terrorismo internacional e gerando impacto negativo sobre o setor minerador do país. A instituição do regime de sanções contra a Eritreia ensejou vigorosa campanha de Asmara, no sentido de contestar as resoluções do CSNU.

12. O outro vizinho eritreu, o Djibuti, rompeu relações com a Eritreia após o início do conflito com a Etiópia (1998), mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. O relacionamento bilateral, contudo, voltaria a sofrer forte revés em abril de 2008, quando ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, e o Djibuti acusou tropas eritreias de violarem seu território. A Eritreia mantém com o país vizinho disputa de fronteira relativa à região de Ras Doumeira, alvo de ataque militar eritreu em junho de 2008.

13. A escalada do conflito fronteiriço levou o CSNU a adotar a Resolução 1892 (2009), cujas demandas principais eram: a retirada de tropas eritreias de território djibutiense e o engajamento em diálogo para solucionar o impasse. Graças a mediação do Catar, a Eritreia retirou suas tropas de parte do território djibutiano e uma força de observação catariana foi estabelecida. Em 2017, com a retirada das forças de manutenção da paz pelo Catar, o Djibuti voltou a acusar a Eritreia de reocupar a ilha de Doumeira. Em 09/2018, Djibuti e a Eritreia anunciaram intenção de normalizar suas relações bilaterais.

14. Notável ponto de inflexão para as relações com a Etiópia, com repercussões positivas para todo o Chifre da África, foi a Declaração Conjunta de Paz e Amizade entre a Eritreia e a Etiópia, firmada em 07/2019, bem como as históricas visitas do PR Afwerki a Adis Abeba e do PM etíope Abiy Ahmed a Asmara, que sinalizam a normalização das relações entre os dois países. A declaração foi saudada pelo governo brasileiro, por meio de nota à imprensa. O processo de paz, qualificado de “irreversível” por autoridades eritreias, contaria com respaldo popular em ambos os países e teria sido fruto, em grande medida, da vontade política do PM Ahmed, o qual, diferentemente de seus antecessores, contaria com amplo apoio interno, tanto nos meios políticos quanto junto a população, para levar a cabo a implementação do acordo e enfrentar interesses de grupos minoritários contrários à aplicação do Acordo de Argel.

15. Tem-se estimado que a normalização das relações entre Asmara e Adis Abeba trará dinâmica positiva para o Chifre da África e poderá abrir caminho para o fim do isolamento internacional do regime de Asmara. De fato, já se verificaram, desde então, desdobramentos positivos, como a melhora nas relações com o Djibuti, e, principalmente, a suspensão do regime de sanções imposto pelo CSNU, em 11/2018, tema prioritário para a política externa eritreia. O processo de paz e a abertura da fronteira entre Etiópia e Eritreia também deverão propiciar benefícios econômicos para ambos os países: já foram restauradas as telecomunicações, retomados voos comerciais diretos e espera-se ademais que o acesso aos portos eritreus de Massawa e Assab trará grande vantagem logística para a Etiópia.

16. A perspectiva de progressiva reintegração da Eritreia à comunidade internacional, propiciada pelos processos de paz com Etiópia e Djibuti e, sobretudo, pela suspensão das sanções do CSNU, é apontada como fator que poderá contribuir para melhora da situação dos direitos humanos no país.

## CONTEXTO ECONÔMICO

17. A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 179º lugar no ranking de desenvolvimento humano da ONU (2017). A principal atividade econômica do país é a agricultura, que ocupa cerca de 80% da população economicamente ativa. Os constantes conflitos armados têm

prejudicado historicamente o desempenho do setor agrícola da Eritreia, convertendo a insegurança alimentar em um dos maiores desafios para o país.

18. São promissoras as perspectivas de exploração, por empresas estrangeiras, das jazidas no país e o governo eritreu aposta nas exportações de minerais como solução para o persistente déficit nas contas externas do país. A exploração das minas de cobre e zinco de Bisha, operada pela canadense Nevsun, deverá ser prorrogada até 2022, o que resultará na produção de 235.000t adicionais de zinco e 26.000t de cobre. A exploração da mina de potássio de Colluli, operada pela australiana Danakali, com capacidade para a produção anual de 472.000t de fertilizante (sulfato de potássio) também deverá ter o potencial de impulsionar a economia eritreia.

19. Para o período 2019-20, está previsto um crescimento do PIB da ordem de 5,7% ao ano, capitaneado pelo aumento da produção no setor de mineração e pelo incremento na atividade portuária. O déficit fiscal deverá situar-se em torno de 6% do PIB em 2019, em comparação com 8% em 2018. A tendência de queda, que deverá manter-se pelos próximos anos, decorre do incremento nas exportações de minérios e da acentuada redução dos gastos militares, propiciada pelo acordo de paz com a Etiópia. O déficit em conta corrente, por sua vez, deverá regredir para 1,95% do PIB, como consequência do incremento da produção do setor mineiro e da queda dos preços globais de alimentos e combustíveis.

#### RELAÇÕES BILATERAIS E COMERCIAIS

20. As relações bilaterais entre Brasil e Eritreia são pouco densas. Nos últimos anos, a Eritreia empreendeu alguns esforços de aproximação bilateral por meio do envio de visitantes de alto nível a Brasília (Ministro das Minas e Energia e Ministro da Agricultura em 2010), bem como da tentativa de intensificação de contatos em foros multilaterais. Os esforços do governo eritreu foram pautados, sobretudo, pelo desejo de fazer valer, junto ao Brasil, suas teses e posições relativas a conflitos com os países vizinhos (Etiópia e Djibuti), bem como de sensibilizar o governo brasileiro sobre a visão eritreia sobre o regime de sanções imposto ao país pelo CSNU, encerrado em 11/2018.

21. No período de minha gestão, acompanhei os relevantes desdobramentos no cenário político da Eritreia. Quando de minha passagem por Asmara em 02/2016, por ocasião da apresentação de minhas credenciais ao Presidente Isaias Afwerki, mantive contatos com autoridades locais e membros do corpo diplomático sediado naquela capital. O PR Afwerki mencionou seu desejo de que empresas brasileiras venham a participar, em regime de joint-venture, da exploração das jazidas minerais recentemente descobertas no país, bem como estabelecer cooperação técnica bilateral no campo agropecuário.

22. Não há registro, no momento atual, da presença de cidadãos ou empresas brasileiras na Eritreia. Não obstante, as autoridades do país têm sido, de modo geral, receptivas a gestões brasileiras em fóruns multilaterais. É digno de nota o fato de a Eritreia haver ratificado, em 09/2014, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em linha com recomendação emitida pelo Brasil durante a 18ª Sessão da Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, em 2014.

23. Os primeiros dados do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Eritreia passaram a ser

registrados em 2002. O ano de 2005 testemunhou forte impulso nas relações comerciais bilaterais, com volume de comércio de aproximadamente US\$ 9 milhões, e, somente em 2006, foram registradas as primeiras exportações eritreias ao Brasil (US\$ 41,93 mil). O ápice do fluxo comercial deu-se em 2009, quando as exportações brasileiras alcançaram a cifra recorde de US\$ 29,24 milhões. Em 2018, as exportações brasileiras limitaram-se a US\$ 63,636,00, em decorrência da interrupção da importação de açúcar, contra US\$ 1.478,00 de importações da Eritreia. Tradicionalmente, as vendas de açúcar compõem a maior parte da pauta de exportação brasileira à Eritreia, seguidas, em segundo plano, de autopeças, sacos e materiais têxteis e equipamentos médicos. Por sua vez, as modestas exportações eritreias compõem-se de peças de vestuário e material hospitalar.

24. Há expectativa de que, progressivamente, o processo de abertura possa conduzir a reformas com o objetivo de modernizar a economia da Eritreia. O acesso aos portos eritreus de Massawa e Assab, que representará grande vantagem logística para a Etiópia, poderá proporcionar, uma vez concluídos os projetos de infraestrutura necessários para sua concretização, oportunidades para o setor privado brasileiro. É de se esperar, contudo, que a interferência governamental continue a obstruir o desenvolvimento do setor privado, exceto no campo da mineração. Nesse quesito, estimo que o perfil das relações bilaterais apenas poderia alterar-se, no curto prazo, caso alguma mineradora brasileira venha a se interessar pelas promissoras perspectivas do setor no país.